

Abreu Sodré admite moratória mais longa

Montevideu — O chanceler Roberto de Abreu Sodré, que representa o Brasil no III Conselho do Ministros da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), reunido nesta cidade, disse à agência France Presse que inicialmente a moratória dos juros decretada pelo Brasil foi pensada para vigorar por 90 dias, mas este prazo poderá estender-se caso as negociações com os bancos não prosperem.

— O poder da palavra e das idéias pode fazer diminuir os 90 para 60 dias, como também passar de 90 para 120 dias. Toda vez que se inicia uma conversação depois de uma medida como a adotada pelo Brasil, o balanço não pode ser imediatamente positivo. O tempo trará bons resultados — disse o ministro à agência francesa, acrescentando que está “otimista” com o desenrolar das negociações com os credores. — Embora reconheça as dificuldades em que estão as negociações atualmente, acredito que nós os convenceremos e conseguiremos a posição que queremos conquistar, como corresponde a responsabilidade que tem o Brasil na América Latina — acrescentou.

Abreu Sodré reafirmou que a última alternativa do Brasil diante de sua dívida será a adoção das medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), “porque sempre há espaço para uma conversação”. O chanceler ressaltou que a decisão do Brasil foi tomada para “defender seu desenvolvimento, porque não podíamos pagar juros tão altos”.

— Os credores devem compreender que os países devedores têm que adotar medidas que não prejudiquem seus povos nem seu desenvolvimento, pois se nós não tivermos como nos desenvolver não poderemos cumprir com os compromissos que a dívida impõe — disse o ministro.

Abreu Sodré enfatizou que o Brasil não busca um confronto com os credores e apenas respondeu a “um problema de sobrevivência. Eles compreenderão perfeitamente nossa posição”. Descartou a hipótese de represálias dos bancos privados e disse que “acredita mais num processo de diálogo”.